





ATA DA (102ª) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DIA 09 DE JUNHO DE 2008. Aos nove dias do mês de junho de dois mil e oito, às dezoito horas e trinta minutos, no Auditório do IPREVILLE, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde, em sua 102ª Assembléia Geral Extraordinária. Estavam presentes: Hamilton Augusto do Nascimento, Hamilton Correia Vargas, Claudinéia Moreira, Armando Vieira Lorga, Sandra Regina Medeiros da Silva, Douglas Calheiros Machado, Heloisa Roeder Baumgarten, Tércio Egon Paulo Kasten, Liamar Michelmann Laffin, José Rodrigues dos Santos Filho, Agenor Garret, Nelson Renato Esteves, Jeovane Nascimento do Rosário. Luciano Soares, Martha Abreu Artilheiro, Cátia Guimarães Pereira, Ana Lúcia de Melo, Mario Bruckheimer, Tânia Izabel do Rosário Irala, Maury J. do Nascimento Oliveira, Aurea G. dos Reis, Lindomar Spindola de Oliveira, Sônia João Antunes, Valdir Vieira Rebello, Terezinha Amorim de Castro, Nelson Antonio Souza, Osni Leopoldo Batista, Cléia Aparecida C. Giosole, Belino Bernchenbrock, Ivanir Alievi Vieira, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Isolde M. Izolan, Anselmo Silvério, Valmor João Machado, Ingrid Poltronieri, 15 Revelino João Fleith, Angelina Sombrio, sete representantes dos conselhos locais de saúde, representantes de entidades diversas. A Pauta estava assim constituída: 1-EXPEDIENTES: 1.1- Apresentação e aprovação da pauta da reunião. 2- ORDEM DO DIA: 2.1 Constituição da Comissão Eleitoral para eleição do novo Secretário da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde, conforme artigo 26 do Regimento Interno; 2.2 Divulgação do I Seminário de Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios - Sra. 20 Márcia Schneider; 2.3 Educação Permanente para o controle social no SUS; 2.4 Discussão e encaminhamento sobre a implementação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família -NASF. O Presidente fez a abertura da reunião, cumprimentando a todos e colocando em aprovação a pauta da reunião, que foi aprovada com a inclusão solicitada pela conselheira 25 Cléia: 2.5 Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de Assuntos Internos referente ao Credenciamento do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt em Hospital Dia Cirúrgico. O Presidente lembrou que, conforme aprovado na reunião anterior, seriam colocadas duas listas de presença, uma delas, na entrada, até às 19:00 horas e outra, na saída, às 20:30 horas. Antes de iniciar a apresentação do primeiro assunto de pauta, a Sra. 30 Tânia Crescêncio, Coordenadora da Comissão de Capacitação de Conselheiros de Saúde, fez um convite aos conselheiros para participarem do III Seminário: Avanços e Desafios na efetivação do direito humano à saúde – o papel do conselheiro, que aconteceria na Casa Brasil, no dia 28 de junho. Lembrou que a Capacitação de Conselheiros já vinha acontecendo desde o ano 2000 e que a partir do 2º semestre de 2008 aconteceriam as reuniões quinzenais, às tercas-feiras. O Presidente deu boas vindas as novas entidades que estavam presentes: Dra. Martha Artilheiro, representante da Sociedade Joinvilense de Medicina, Sr. Valmor do Conselho Local de Saúde do São Marcos. 2.1 Constituição da Comissão Eleitoral para eleição do novo Secretário da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde, conforme artigo 26 do Regimento Interno. A composição pode ser 40 de três usuários e três dos demais segmentos, segundo o Presidente. Foram aprovados: Sr. Lindomar, Sr. Mário, Sr. Osni, do segmento "usuários"; Dr. Armando, do segmento Governo; Sr. Luciano, Profissional de Saúde e Sr. José Rodrigues, Prestador de Serviço. 2.2 Divulgação do I Seminário de Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios. Sra. Márcia Schneider cumprimentou a todos. Disse que fazia parte do Conselho de Seguranca Alimentar e Nutricional, que foi constituído em 2003, localizado na Secretaria de Bem Estar Social. Convidou os conselheiros de saúde a participarem do Seminário que acontecerá no dia 1º de julho, na Câmara de Vereadores de Joinville, das 14:00 às 19:00 horas, com a presença do Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional e do Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disse que 50 estarão divulgando o que está sendo feito pelo Conselho junto aos demais Conselhos







Municipais de Joinville com o objetivo de promover algumas ações em conjunto. Paralelo ao evento, colocou que iria haver uma feira de produtos agrícolas regionais e produtos da economia solidária. 2.3 Educação Permanente para o controle social no SUS. Chamou a conselheira Rosinete para a apresentação. Não estando presente, o Presidente passou ao 55 item 2.4 da pauta. 2.4 Discussão e encaminhamento sobre a implementação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. O conselheiro Luciano colocou que já havia contactado com algumas pessoas e que enviou uma correspondência ao Conselho Municipal de Saúde sobre o NASF. Disse que a Atenção Básica já é uma estratégia constitucional da saúde e das políticas governamentais do Brasil. Lembrou a todos que uma das estratégicas da Atenção Básica de Saúde foi a implantação do Programa Saúde da Família, composto por uma equipe básica: médico, enfermeiro, agente de saúde, dentista etc... que para qualificar o referido Programa, o Ministério da Saúde, através da Portaria 154, instituiu o NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Esclareceu que o Ministério envia aos municípios recursos para a ampliação da equipe. Para ter acesso ao NASF o 65 município deve fazer de acordo com a seguinte proporção: um NASF para cada oito PSF. Colocou a composição do NASF: farmacêuticos, médicos, educadores físicos, nutricionistas, fisioterapeutas, dependendo da necessidade que o município considera para apoio aos PSF. Para que isto ocorra, o município deve elaborar o projeto e enviá-lo ao Ministério da Saúde, completou. Falou que alguns municípios já elaboraram seu projeto e da importância do mesmo para a melhoria do atendimento ao Programa Saúde da Família. Solicitou que o Conselho discuta esta questão e que seja solicitado à Secretaria Municipal de Saúde esclarecimento sobre o que já se pensou a respeito do assunto, se já existe uma discussão. para, posteriormente, verificar quais os profissionais que comporão o NASF. Encaminhou um ofício à mesa diretora do Conselho, no qual faz uma série de justificativas e aspectos, inclusive com relação a problemas quanto a contratação de pessoal, em período eleitoral. Colocou ainda que algumas Secretarias já recebem o recurso, no valor de vinte mil reais por Núcleo. A conselheira Cléia perguntou se não havia um prazo para elaboração do projeto. Segundo Luciano depende da apresentação de um projeto pela Secretaria Municipal de Saúde, e, a partir daí, seria pautada a discussão no Conselho Municipal de Saúde. Douglas disse que gostaria de ouvir a opinião da Dra. Martha, que faz parte do Programa Saúde da Família, sobre a necessidade do NASF e de ouvir o Sr. Hamilton sobre a existência de alguma iniciativa com relação ao assunto. Dra. Martha disse que é representante da Sociedade Joinvilense de Medicina e trabalha há 12 anos no PSF do Jardim Paraíso. Falou que a Portaria saiu em janeiro de 2008, com uma verba específica de 20 mil reais para implantação por NASF e, que, depois de implantado, são 20 mil reais por NASF/mês. Esta verba não pode ser utilizada para pagamento do profissional, mas para manutenção do local e dos instrumentos, completou. É um projeto bastante interessante que envolve oito equipes de PSF, onde uma série de profissionais podem estar descentralizando os serviços. Disse ainda que é composto, no mínimo, por 5 profissionais. Sr. Hamilton colocou que está 90 acontecendo na Secretaria Municipal de Saúde uma parceria com o Ministério da Saúde, ações de reforço na Atenção Básica. Solicitou que o pleito fosse encaminhado ao Gestor da Saúde, pois ele não tinha conhecimento de que o NASF estaria sendo contemplado. Na opinião do Sr. Douglas a saída para os Pronto Socorros, para as Emergências e para os Hospitais é o fortalecimento da rede básica de saúde. É preciso reverter a política de 95 financiamento e investimento em alta complexidade e em média complexidade sem conseguir tirar a diferença entre a atenção básica e os demais. Enfatizou que se houver investimento na Atenção Básica, o recurso vai ter que sair de algum lugar e o Conselho Municipal de Saúde precisa ter clareza sobre esta questão. Lembrou a fala do Dr. Armando quando colocou que 40% dos atendimentos na rede eram dentro do Pronto Socorro. Foi 100 esclarecido pela mesa diretora que o Ministério repassa 20 mil reais para custeio e a







contrapartida do município será a contratação e o pagamento dos profissionais. "O dinheiro vai ser tirado de algum lugar", disse Douglas. A conselheira Cléia sugeriu que o Conselho aquardasse a resposta do Gestor Municipal de Saúde para, então, discutir o assunto. Aprovado o encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde para verificar quais 105 providências estão sendo tomadas respeito do 2.5 Apresentação e aprovação do parecer 12/2008 da Comissão de Assuntos Internos referente ao Credenciamento do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt em Hospital Dia Cirúrgico. Cléia apresentou o parecer. "Considerando a necessidade do aumento da oferta de Cirurgias Ambulatoriais reprimidas; considerando que a documentação apresentada pela instituição demonstra que o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt tem 110 qualificação e estrutura para tanto, sugere-se a aprovação do referido pleito". esclarecida a definição de Hospital Dia Cirúrgico pela conselheira Cléia, e que o mesmo já estava fazendo este tipo de procedimento. Dr. Armando esclareceu que cirurgias ambulatoriais no Hospital Dia já existe no Hospital Regional, cirurgias de pequeno e médio 115 porte, com anestesia geral. A medicina permite realizar cirurgia com uma anestesia ideal, sem que haja risco para o paciente e sem necessitar de internação. Disse que é uma forma de economia para o Hospital. Ao ser questionado pela Sra. Nilse, o Dr. Armando informou que quanto ao número de cirurgias diárias, dependia das salas cirúrgicas disponíveis. "O paciente opera e vai embora prá casa". "O tempo de internação é que vai reduzir", completou. Aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Internos, por maioria dos conselheiros presentes. 3- INFORMES: 3.1 O CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) estará realizando um Seminário sobre o tema: Saúde e democracia: participação política e institucionalidade democrática", nos dias 26 e 27 de junho, no Rio de Janeiro. Aprovada a participação das conselheiras Cléia Aparecida C. Giosole e Terezinha Amorim 125 de Castro. Segundo o Presidente, seria encaminhada a solicitação junto ao Gestor Municipal de Saúde, com o devido orçamento, para verificar a possibilidade da participação das mesmas. 3.2 Convite aos conselheiros para participarem do III Seminário: Avanços e Desafios na efetivação do direito humano à saúde – O papel do conselheiro. Dia 28.06.08, a partir das 8:00 horas, na Casa Brasil – Rua Monsenhor Gercino, 5189- Paranaguamirim; 130 3.3- Entrega das Atas das Assembléias do Conselho de 31.03.08 e 14.04.08 para aprovação na próxima reunião. 3.4 O Conselho Local de Saúde do Costa e Silva convida o colegiado do Conselho Municipal de Saúde e sua mesa diretora para a reunião do dia 01.07.08, às 19:00 horas, que tem como objetivo discutir a qualidade de vida dos moradores do Bairro Costa e Silva (Universal Tabacos). Local a confirmar. 3.5 Com o objetivo de 135 formar uma nova lista de espera no segmento usuários/Conselhos Locais de Saúde e passar alguns informativos, convidamos os Conselhos Locais de Saúde a participarem da reunião de 19.06.08, às 18:30 horas, no IPREVILLE; 3.6 Ofício da Gerência da Unidade de Vigilância em Saúde, datada de 15.05.08, respondendo ao ofício 088/08 sobre questionamentos referentes à Comissão de Saúde do Trabalhador. A conselheira Sonia 140 disse que o documento não havia passado pela Comissão de Saúde do Trabalhador. Douglas colocou que a Comissão de Saúde do Trabalhador nasceu dentro do Conselho de Saúde do município, mas quando surgiu o CEREST(Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) tomou uma abrangência regional. Portanto, segundo Douglas, a Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador não faz mais parte do Conselho. Foi guestionado pela Cléia sobre qual o encaminhamento a ser feito. Sr. Jeovane observou que era uma guestão de adaptação interna da legislação. Quando criado, era o Serviço de Saúde do Trabalhador e não Comissão. O CEREST é uma entidade dentro da Secretaria como qualquer outra, completou Douglas. Luciano questionou se o CEREST é macrorregional, o ofício não deveria ter sido encaminhado a própria Comissão e não a Secretaria Municipal de Saúde? Segundo Jeovane, não, porque os novos questionamentos eram subordinados à Secretaria. 150







Sr. Antonio colocou que o CEREST é Regional, mas toda a contrapartida é municipal. Douglas observou que o CEREST é vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e aquilo que passa dentro da Secretaria é de competência do Conselho. "Quando foi criada a Comissão de Saúde do Trabalhador não existia o CEREST". Cléia sugeriu que a Comissão de Saúde do Trabalhador cumprisse o seu papel. Observou que no início do ano, o Cerest esteve no 155 Conselho apresentando suas propostas, onde incluiu uma verba orçamentária e em reunião da Comissão de Saúde foi solicitada que a referida verba fosse realocada para o compra de um aparelho. Sugeriu que o Cerest voltasse ao Conselho e apresentasse a justificativa da transferência da verba. Sr. José, membro da Comissão de Saúde do Trabalhador, colocou 160 que o CEREST é independente, tem verba exclusiva, presta contas ao Conselho Municipal de Saúde. Sônia lembrou que o Plano de Ação e a Prestação de Contas eram apreciadas pelo Conselho. Jeovane sugeriu a mudança do Regimento. Cleía sugeriu a criação de uma nova Comissão para análise do Regimento Interno e da questão do CEREST que estava sendo discutida. Ao colocar a proposta em aprovação, a mesma foi aprovada por maioria 165 dos conselheiros. 3.7 Comunicado Interno da Coord. Gestão Pessoas, Jocelita C. Colagrande, em resposta ao Ofício 080/08 de 09.04.08, encaminhando o Relatório de todos os enfermeiros admitidos do último concurso, com local e data de admissão do servidor e o nº de colocação de cada um. 3.8- Correspondência da Sociedade Joinvilense de Medicina datada de 05.06.08, indicando seus representantes: Dra. Martha Abreu Artilheiro, como 170 titular e Ricardo Polli, como suplente; 3.9 Correspondência do SIMESC indicando seus representantes no segmento profissionais de saúde no Conselho Municipal de Saúde: Sr. Hudson Goncalves Carpes, como titular e Marcelo da Rosa Prattes, como suplente. 3.10 Ofício do Conselho Local de Saúde do Jarivatuba indicando o Sr. Nelson Antonio de Souza como seu representante no Conselho Municipal de Saúde, a partir desta data; 3.11 175 Relatório da conselheira Cléia Giosole sobre sua participação no 9º Encontro Nacional em Pesquisa Clínica, em 15.03.08, em São Paulo; 3.12 Ofício nº 31/08 de 06.06.08 do Conselho Local de Saúde do bairro São Marcos indicando o Sr. Valmor João Machado em substituição ao conselheiro José Martins. 3.13 Correspondência da Ação Social da Saúde Comunitária de 15.05.08 referente a paciente Maria Souza Oliveira que necessita, com 180 urgência, uma consulta com oftalmologista devido a complicações diabéticas. Aprovado o encaminhamento da solicitação à Secretaria Municipal de Saúde. 3.14 Correspondência da Ação Social da Saúde Comunitária de 26.05.08, pedindo esclarecimentos sobre o montante gasto com propaganda em todos os meios de comunicação. Aprovado o encaminhamento da correspondência ao Gestor Municipal. 3.15 Correspondência do Conselho Local de 185 Saúde do Bom Retiro justificando a falta da conselheira Angelina Beltrame Sombrio na Assembléia Geral Ordinária de 28.04.08, por problemas de saúde. Aprovada a justificativa. 3.16 Ofício Conselho Local de Saúde nº 027/08 datado de 1º/06/08, justificando a ausência do Sr. Valdir Rebelo na reunião do Conselho de 28.04.08, por não ter recebido a pauta da reunião, por motivo de greve dos Correios. Aprovada a justificativa. 3.17 Correspondência 190 do conselheiro Douglas, solicitando que em todas as prestações de contas trimestrais da SMS estejam presentes o Secretário Municipal de Saúde e os respectivos gerentes das unidades. Aprovado o encaminhamento ao gestor municipal. 3.18 A Secretaria Executiva informou que há necessidade de completar a Comissão de Capacitação de Conselheiros de Saúde com um representante dos Conselhos Locais de Saúde. Nenhum conselheiro se 195 dispôs a participar. 3.19 Ofício 100/08 de 21.05.08, da Comissão de Assuntos Externos do Conselho Municipal de Saúde, solicitando um membro representante do segmento profissionais de saúde, em virtude da saída da conselheira Janaina Martins. Nenhum conselheiro se dispôs a participar. 3.20 Ofício do Alberque e Centro de Integração Social Um novo dia, datado de 20.05.08, solicitando seu credenciamento junto ao Conselho 200 Municipal de Saúde, tendo em vista o estabelecimento de convênio com a Secretaria da







Saúde e Conselho Municipal de Assistência Social. Aprovado, o encaminhamento ao Gestor Municipal. 3.21 Ofício da Secretaria Municipal de Saúde em resposta ao ofício 083/08 do Conselho, informando que foi constituído um grupo de trabalho, com o objetivo de estabelecer um fluxo de atendimento de saúde e encaminhamento para Comunidades 205 Terapêuticas de crianças e adolescentes em situação de risco social e que fazem uso de substâncias psico-ativas. Sr. Hamilton esclareceu que a Secretaria Municipal de Saúde foi procurada pelo Ministério Público para tentar resolver a situação de 20 meninos, menores, que estão na rua, em situação de risco, se drogando e não tem família. Disse que estavam discutindo se seria um problema de saúde ou um problema social. Conversando com a 210 Secretaria de Bem Estar Social, a mesma colocou que não possui nenhum estabelecimento que contemple este tipo de internação, de meninos que utilizam substâncias psico-ativas. Colocou que a Secretaria resolveu terceirizar este serviço. Estão em fase de contratação do servico. Jeovane colocou que eram duas comunidades terapêuticas: Opção de Vida e Essência de Vida. Caso o Albergue Um novo dia quisesse participar da licitação, poderia 215 participar, desde que apresentasse os documentos necessários, completou Hamilton. 3.22 Manifesto pela aprovação da contribuição social para a saúde. Douglas colocou que existe uma discussão nacional em relação a Emenda Constitucional 29. Falou que a Câmara dos Deputados propôs a criação de uma nova contribuição, que está gerando entendimentos diversos. Colocou que o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, o Centro Brasileiro de Estudos da 220 Saúde, a Associação dos Agentes de Saúde Coletiva, Conselho Nacional de Saúde, estão apoiando a contribuição, que é de 0,1% sobre a contribuição financeira. Trouxe o assunto para discussão do Conselho. Os conselheiros se dispuseram a questionar. Cléia colocou que não seria possível a discussão naquele dia. Sr. Nelson observou que esta nova 225 contribuição la incindir sobre àqueles que realizam operações financeiras acima de R\$ 3.038,00. A grande maioria das pessoas não iriam pagar, mas os grandes sonegadores irão passar pelo crivo, completou. Douglas leu a proposta: "Para melhorar o SUS é necessário providenciar a relação de operações financeiras. Por este motivo defendemos a criação da contribuição social para a saúde, da alíquota de 0.1% com isenção para aposentados. pensionistas e pessoas que movimentam em até R\$ 3.038,00". O conselheiro Tércio 230 colocou-se favorável a criação do novo imposto, enquanto profissional de saúde e prestador de serviço de saúde, porém, como cidadão, colocou-se contrário à criação de mais um imposto para a referida finalidade. Pediu aos conselheiros que recordassem, quando foi cortada a CPMF, no dia seguinte, foi aumentada a alíquota do IOF. Questionou aos 235 conselheiros se ouviram algum pronunciamento na mídia ou na imprensa se iria ser restituído o valor do IOF, quando da criação do novo imposto. Sugeriu que caso o Conselho se pronunciasse favorável a criação do novo tributo, fosse colocada também a questão do IOF. A conselheira Cátia, pela importância do assunto, sugeriu a discussão dos dois posicionamentos no Conselho, um, favorável e outro, contrário. Uma preocupação colocada 240 pelo conselheiro Douglas era de que o Conselho discutia muitas questões burocráticas e que este não era o papel do Conselho, mas de discutir questões políticas. Colocou que era importante e conflitante a proposta da nova contribuição, pois se não existir financiamento a Emenda Constitucional seria empurrada. Disse que era uma estratégia do Governo Federal, que, sem a aprovação do novo tributo, não irá aprovar a Emenda Constitucional 29. 245 Posicionou-se favorável a proposta, por ser menos injusta. Foi aprovado pelos conselheiros que o assunto fosse discutido na próxima reunião do Conselho, com a apresentação de dois posicionamentos, um favorável e outro, contrário. 3.23 Ofício GDJCV 25/08 de 27.05.08, informando que a Emenda nº 32500010 de autoria do Deputado Federal José Carlos Vieira, no valor de R\$ 500 mil – Programa Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em 250 Saúde, foi liberada para empenho, para elaboração do projeto do novo hospital de Joinville,







para o qual o valor de R\$ 22 milhões já consta no PPA 2009/2011. Cléia lembrou que na última reunião do Conselho fez um questionamento sobre uma verba de 1 milhão de um Deputado Estadual e que, até o momento não teve resposta. Parabenizou o Deputado José Carlos Vieira por manter o Conselho informado. **3.24** Correspondência do Conselho Local de Saúde do Floresta solicitando alguns esclarecimentos sobre o novo Posto Regional Floresta, entre eles: equipamentos ainda não licitados, verba federal, prazo para funcionamento entre outros. Aprovado o encaminhamento da solicitação à Secretaria Municipal de Saúde. Cléia solicitou questão de ordem. Informou que entre os dias 24 e 25 de maio, houve um acidente no Posto de Saúde do Costa e Silva, que gerou um prejuízo de 11 mil reais em vacinas. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual, eu, Marly, lavrei a presente ata que vai por todos assinada.